

Modelo de Governo – Órgãos de Fiscalização

Cargo	Órgãos Sociais	Nomeação	Mandato
Conselho Fiscal			
Presidente	Dr. ^a Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	Despacho Conjunto SET e SES, de 2018.04.26 (**)	Triénio 2018/2020
Vogal (1)	Dr. ^a Maria Isabel Pereira Lopes Vila-Chã		
Vogal (2)	Dr. Hélder José Monteiro Costa		
Vogal Suplente	Dr. Dino Jorge Ramos dos Santos		
Revisor Oficial de Contas			
	Vítor Almeida & Associados, SROC. Lda., inscrita na OROC n.º 191, e registada na CMVM n.º 20161491, representada pelo Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida, ROC n.º 691	Despacho Conjunto SET e SES, de 2018.08.21	Triénio 2018/2020

(*) Com efeitos a partir de 11 de maio de 2018.

(**) Com efeitos a partir de 26 de março de 2018.

1. Elementos curriculares dos membros

Órgãos de Fiscalização - Mandato Triénio 2018-2020

1.1. Conselho Fiscal

1.1.1. Presidente CF – Dr.^a Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

Data de Nascimento: 13 de abril de 1966

Habilitações Académicas

Mestrado em ciências jurídico-empresariais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2018).

Pós-Graduação em Direito das Sociedades Comerciais pela Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Direito (2012-2013).

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, variante ciências-jurídicas, entre 1984 e 1989.

Atividade Profissional

Subdiretora-Geral da Direção-Geral do Tesouro e Finanças Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação, desde 5 de dezembro de 2017 até à data.

Técnica especialista no Gabinete do Ministro da Economia do XXI Governo Constitucional, desde 1 de abril de 2016 até 31 de maio de 2017, altura em que retomou as funções de diretora de serviços da Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação.

Diretora do Gabinete de Apoio e Coordenação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de dezembro de 2005 até março de 2016, atualmente Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação (comissão de serviço suspensa nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e no artigo 26.º -A da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual).

Vogal do Conselho Fiscal da Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, EPE, nomeada para o mandato 2015-2017.

Vogal do Conselho Fiscal da CP – Comboios de Portugal, EPE, nomeada para o mandato 2013-2015.

Presidente da Comissão de Credores do Banco Privado Português, SA (em liquidação), em representação do Estado, no âmbito da Liquidação Judicial (Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) que corre termos sob o n.º 519/10.5TYLSB, no 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa.

Presidente da MAG da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. e da SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Secretária da MAG da IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A.

Vogal do conselho fiscal dos CTT- Correios de Portugal, SA, eleita para o mandato 2008-2010 e reeleita para o mandato 2012-2014 (cessou funções em novembro de 2013 no âmbito da privatização da empresa).

Vogal não executiva do Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, SA, nos mandatos 2006-2008 e 2009-2011.

Representante do Ministro de Estado e das Finanças no “Euro Legal Tender Working Group”, promovido pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu, 2009-2010 e 2014.

Membro das Comissões de Vencimentos de diversas empresas públicas, designadamente da ANAM – Aeroportos da Madeira, S.A. da APS – Administração do Porto de Sines, S.A., EGREP, EPE e AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.

Exerceu funções no Gabinete de Apoio Jurídico da Direcção-Geral do Tesouro, entre agosto de 1997 e novembro de 2005, enquanto jurista e com a categoria de técnica superior.

Representação do acionista Estado em Assembleias Gerais de diversas empresas, designadamente Portugal Telecom, SGPS, SA e da ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, SA. Advogada e consultora jurídica de várias sociedades, entre 1991 e julho de 1997.

Outra atividade profissional

Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) Portugal-Moçambique, no âmbito do projeto “Gestão Delegada das Participações do Estado - IGEPE e Governação Corporativa nas Empresas do Estado”, fevereiro/março 2013.

Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) Portugal-Cabo Verde, no âmbito do projeto “Bonificações do Estado”, junho/julho 2008.

Formadora de Processo Administrativo nos Cursos de Formação Profissional dos Advogados Estagiários no Centro de Estágio do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, entre 1992 e 1993; e em diversas ações de formação em matérias de direito administrativo, comercial e em outras áreas específicas da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

Participação em grupos de trabalho nacionais e internacionais, sobre diversas matérias, designadamente sobre a revisão do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado, o Estatuto Remuneratório das Empresas do Setor Empresarial do Estado, a Regulamentação da União Europeia sobre Concessões e a Ultimeção da fase final de introdução do Euro.

Participação em júris de concursos de pessoal e aquisição de bens e serviços.

1.1.2. Vogal do CF – Dr.^a Maria Isabel Pereira Lopes Vila-Chã

Data de Nascimento: 07 de novembro de 1970

Habilitações Académicas

Pós-Graduação em Auditoria no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (2016).

Pós-Graduação em Eficiência Energética e Energias Renováveis na Universidade de Aveiro (2008).

Pós-Graduação em Gestão Pública na Universidade de Aveiro (2004).

Licenciatura em Economia na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1990-1995).

Atividade Profissional mais relevante

Consultora e formadora na área do empreendedorismo e controlo de gestão na AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro, desde setembro de 2011.

Desenvolvimento de sistema de controlo interno e custeio por obra na ENGICIVIL – Cardoso e Manata, Ld.^a em Aveiro, (2015-2017).

Formadora nas áreas da Contabilidade e Análise Financeira, Gestão Organizacional e Operacional, (2008-2015).

Mapeamento de processos e revisão de procedimentos administrativos na ROFEDECOR – Comércio de Loiças, Ld.^a, em Sintra, (2007-2008).

Consultora júnior no FÓRUM PROJECTO – Auditoria, consultoria e Projetos de Investimento, Ld.^a em Aveiro, entre 1996 a 1998.

1.1.3. Vogal do CF – Dr. Hélder José Monteiro Costa

Data de Nascimento: 01 de dezembro de 1978

Habilitações Académicas

Pós-Graduação em Gestão e Controlo Financeiro e Orçamental, NOVA IMS (2018).

Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças Públicas Locais no Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia (ISLA), em 2014.

Licenciado em Contabilidade e Gestão no ISPGAYA (2005).

Bacharelato em Contabilidade e Gestão no ISPGAYA (2004).

Outra formação

Frequência de diversas ações de formação e participação em seminários, com particular incidência nas áreas de contratação e finanças públicas.

Atividade Profissional

Inspetor na Inspeção-Geral de Finanças (IGF) – funções no domínio do Controlo Financeiro Empresarial, desde junho de 2015.

Técnico Superior na Inspeção-Geral de Finanças – funções na área de Controlo Local Autárquico, de 2014 a 2015.

Técnico Superior no Município de Vila Nova de Gaia - funções nas áreas de Contratação Pública, Aprovisionamento e Auditoria Interna, entre 2005 e 2014.

Membro do Júri em diversos concursos de empreitadas de obras públicas no Município de Vila Nova de Gaia, entre 2005 e 2009.

Técnico de Contabilidade e Administração no Município de Vila Nova de Gaia, entre 2004 e 2005.

Formador no Instituto de Gestão e Administração Pública no IGAP, em 2014.

Contabilista Certificado.

1.1.4. Vogal Suplente do CF – Dr. Dino Jorge Ramos dos Santos

Data de Nascimento: 20 de agosto de 1961

Habilitações Académicas

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1986).

Outra formação

Curso “FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública” no Instituto Nacional de Administração, em março de 2006.

Curso “Fiscalidade nas Empresas” no Instituto Superior de Gestão, em dezembro de 1999.

Atividade Profissional mais relevante

Chefe de Divisão de Liquidações e Regularizações da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), desde outubro de 2013.

Chefe de Divisão da Cooperação Industrial da Direção-Geral da Indústria (DGI), entre maio de 2000 a novembro de 2000.

Técnico Superior do Tesouro, tendo exercido funções nas áreas da DGT de Cooperação Financeira Internacional e Recuperação de Créditos, de setembro de 1997 a maio de 2000.

Técnico Superior na DGI tendo exercido funções nas áreas da Cooperação Industrial e da Competitividade Industrial, de dezembro de 1993 a setembro de 1997.

Coordenador da equipa de projeto “Ativos Financeiros – conta CEROT”, entre 1991 a 1993.

Técnico Superior, tendo exercido funções nas áreas da DGT de Recuperação de Créditos, Bonificações e Garantias do Estado, entre novembro de 1986 a dezembro de 1991.

Outra atividade profissional

Vogal do Conselho Fiscal da Administração do Porto de Sines, S.A., desde abril de 2008.

Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Administração da Sociedade dos Transportes Coletivos do Porto, S.A., desde abril de 2008.

Representante do Ministério da Indústria e Energia no “Comite Art.4” da Comissão Europeia, de maio de 2000 a novembro de 2000.

Membro da Comissão de Fiscalização da empresa Empreendimentos Urbanos e Turismo, S.A., de julho de 1989 a dezembro de 1993.

1.2. Revisor Oficial de Contas (ROC) – Vítor Almeida & Associados, SROC. Ld.ª,
representada pelo Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida

Data de Nascimento: 14 de julho de 1956

Habilitações Académicas

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), de 1976 a 1981.

Habilitações profissionais / outros dados relevantes

- Docente no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), exercendo a coordenação da disciplina de Auditoria Financeira da licenciatura em Gestão de Empresas e da disciplina de Auditoria no mestrado de Contabilidade.
- Membro do Conselho Fiscal da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., de 2007 a 2011.
- Membro do Conselho de Consultores da CESO CI, S.A., desde 2007.
- Membro de diversas Comissões de Avaliação, Negociação, Acompanhamento e Renegociação de Parcerias Público Privadas, em representação do Ministro das Finanças, desde 2007.
- Membro da Comissão de Acompanhamento do Novo Aeroporto de Lisboa, desde 2007.
- Colaborador com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), desde 2006, integrando atualmente o Conselho Diretivo da Ordem, bem como a Presidência do Júri de Exame e da Comissão de Inscrição. Integra ainda a Comissão Técnica das Entidades Não Financeiras. Anteriormente, coordenou a Comissão Técnica dos Impostos.
- Consultor em representação do Ministério das Finanças, desde 1998, no âmbito da preparação, negociação e acompanhamento de Parcerias Público-Privadas.
- Membro da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com cédula profissional n.º 691, desde 1981.

Atividade Profissional

Funções	Período	Entidade
Sócio gerente e ROC	Desde 1990	Vítor Almeida & Associados, SROC, Ld. ^a
Presidente do Conselho Diretivo	De maio de 2000 a fevereiro de 2003	Ministério das Finanças – Administração Geral Tributária
Adjunto do Ministro das Finanças	De outubro de 1999 a abril de 2000	Ministério das Finanças
Adjunto do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças	De julho de 1998 a setembro de 1999	Ministério das Finanças
Inspetor de Finanças	De dezembro 1983 a julho de 1998	Ministério das Finanças – Inspeção Geral das Finanças
Bancário	De 1979 a 1983	Caixa Geral de Depósitos

2. Remunerações e outras regalias (valores anuais)

2.1. Conselho Fiscal

As remunerações mensais ilíquidas dos membros do Conselho Fiscal foram definidas nos seguintes termos:

- Presidente: 957,67 euros, a pagar catorze vezes ao ano; e
- Vogais: 718,25 euros, a pagar catorze vezes ao ano.

As remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal incluem a redução remuneratória de 5% prevista no art.º 12.º da lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho. O Vogal Suplemente do Conselho Fiscal não auferir qualquer remuneração.

2.2. Revisor Oficial de Contas

Pela revisão e certificação legal das contas o ROC auferir, durante os exercícios de 2018 a 2020, os honorários anuais no valor de 20.300,00 € (vinte mil e trezentos euros), acrescido de IVA à taxa legal. São, ainda, reembolsadas ao ROC as despesas de transporte e alojamento bem como quaisquer outras realizadas no exercício das suas funções.